

A TEORIA TRADICIONAL DO BEM-ESTAR: DA ORIGEM ÀS CRÍTICAS

Giana Silva Giacomelli¹

RESUMO

A teoria tradicional do bem-estar surgiu com força no início do século XX e até hoje exerce influência na análise da eficiência na promoção do bem-estar dos indivíduos. No entanto, faz-se necessário ultrapassar a barreira da utilidade e atingir a avaliação do bem-estar sob uma ótica diferente da filosofia utilitarista. Fundamentado em teorias econômicas que consideram os conceitos de eficiência; equidade; bem-estar e desenvolvimento humano, o presente artigo objetiva apresentar uma crítica à teoria econômica tradicional do bem-estar. Sugere-se que a visão proposta pela abordagem das capacitações amplia a forma de compreender o indivíduo; a sociedade e as relações existentes entre eles, ultrapassando o foco em formalizações e suposições, presentes na teoria tradicional do bem-estar.

Palavras-chave: Economia tradicional do bem-estar; Eficiência; Abordagem das capacitações.

THE TRADITIONAL THEORY OF WELL-BEING: FROM ORIGIN TO CRITICISM

ABSTRACT

The traditional theory of well-being emerged strongly in the early twentieth century and to this day exerts influence in the analysis of efficiency in promoting the well-being of individuals. However, it is necessary to overcome the barrier of utility and achieve the evaluation of well-being under a different perspective from the utilitarian philosophy. Based on economic theories that consider the concepts of efficiency; equity; well-being and human development, this article aims to present a critique of the traditional economic theory of well-being. It is suggested that the vision proposed by the training approach broadens the way of understanding the individual; the society and the existing relations between them, surpassing the focus on formalizations and assumptions, present in the traditional theory of well-being.

KEYWORDS: Traditional welfare economy; Efficiency; Capability approach.

JEL: B13, D50, D60.

1 INTRODUÇÃO

A Economia, desde a sua origem, preocupa-se com o bem-estar dos indivíduos, dentre as correntes teóricas que compõem a história da Ciência Econômica, a chamada teoria tradicional do bem-estar, que surgiu com força no início do século XX, influencia ainda hoje o pensamento econômico. Tal influência ocorre em dois sentidos, um de forma a promover a continuidade de suas teses, e

¹ Mestre em Economia e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria. Administradora na Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria

outro na avaliação de diferentes maneiras de analisar o sistema econômico e questionar a sua eficiência na promoção de bem-estar aos indivíduos.

Este artigo pretende realizar uma crítica à teoria econômica tradicional do bem-estar, apresentando suas principais características e críticas, embasado na discussão econômica que aborda os conceitos de eficiência; equidade; bem-estar e desenvolvimento humano. Argumenta-se sobre a importância de ultrapassar a barreira da utilidade, como espaço informacional, e atingir a avaliação do bem-estar sob uma ótica diferente da filosofia utilitarista, uma filosofia que considere o indivíduo em sua totalidade, participe de um sistema dinâmico com o qual mantém relações de influência.

O trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a teoria tradicional do bem-estar e suas características; a terceira apresenta o conceito de eficiência econômica baseado no critério de Vilfredo Pareto. A seção seguinte discorre sobre as críticas que foram direcionadas a essa teoria, e apresenta também a consideração de lacunas identificadas no referido conceito de eficiência. Por fim, são feitas algumas considerações.

2 TEORIA TRADICIONAL DO BEM-ESTAR: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Desde seu princípio, a Economia teve como preocupação questões de políticas administrativas e de bem-estar. Após a obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776, as diversas obras econômicas posteriores tratavam a concorrência perfeita como a representação de uma situação ótima, “patrocinadora” do bem-estar social (SAMUELSON, 1983). Adam Smith foi o precursor da corrente teórica chamada de Escola Clássica, que com seu auge durante os séculos XVIII e XIX forneceu a base para todas as correntes teóricas que se formaram na Economia.

O foco da Ciência Econômica é o bem-estar dos indivíduos e, no decorrer da sua história, foram adotadas formas diversas de avaliar esse bem-estar, que se dividiram em uma ótica substantiva; com um caráter hedonista – relaciona o bem-estar aos estados mentais das pessoas, e na ótica denominada de “teoria formal” – relaciona a sensação de bem-estar à satisfação de preferências individuais (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006).

Até o século XIX, o economista tinha o papel não só de explicar a economia mundial e fazer prognósticos sobre o curso futuro da economia, mas também de estabelecer princípios de Economia Política, que direcionassem quais políticas poderiam levar ao bem-estar social ou ao empobrecimento. Porém, no século XX, apesar da continuidade de uma escola de escritores que acreditava que a Economia poderia cumprir esta função política, surge outra que vai contra esse pensamento, da qual se originou a teoria tradicional do bem-estar (HICKS, 1939).

As correntes teóricas prevalecentes no século XX carregam como herança uma Ciência Econômica dominada, desde 1870, pela teoria do equilíbrio geral (NAPOLEONI, 1979). Tal teoria tem como principal representante o economista e matemático Léon Walras e apresenta, implicitamente, um conceito de atividade econômica e de Ciência Econômica. O principal ponto a ser atendido por Walras e seus seguidores era trazer um maior rigor matemático para assuntos de ordem econômica, que envolveriam a interação entre os agentes em diversos mercados e a tendência ao equilíbrio.

A teoria do equilíbrio walrasiana é uma das mais importantes teorias, com relação à distribuição de recursos em uma economia, e culminou no critério de eficiência de Pareto (AGAFANOW, 2007). Sob a ótica de Walras (1983), as relações de troca; oferta; demanda e preços que devem guiar os estudos da Ciência denominada como “Economia Política Pura”. A utilização do método matemático no estudo de tais relações permite definir um mercado ideal, com preços ideais, relacionados diretamente com níveis de oferta e demanda ideais. Assim, esta Ciência poderá resolver problemas relacionados a outras duas Ciências, a “Economia Aplicada” e “Economia Social” (WALRAS, 1983).

Resultante dessa preocupação com a representação da Economia por meio de modelos de equilíbrio surgiu a teoria da utilidade marginal. A Economia marginalista representa uma mudança com relação ao pensamento econômico clássico, que teve sua teoria construída com foco nas classes sociais. Os teóricos marginalistas focaram seus estudos nos fatores de produção para abordar as questões de valor, distribuição e formação de preços em uma economia, e definiram que uma situação ideal seria aquela na qual o equilíbrio econômico fosse atingido (FONSECA, 1996).

Nesta corrente de pensamento, popularizam-se os conceitos marginais (custo marginal, receita marginal, produtividade marginal, etc.) e busca-se transmitir a ideia de que o valor seria oriundo do aumento na utilidade do consumidor gerado pelo acréscimo de uma unidade de produto, que representa a utilidade marginal. A utilidade marginal considera um valor decrescente para a utilidade, de modo que conforme aumenta a quantidade do bem consumido, menor a sua utilidade, e essa diferença da utilidade anterior para a atual é justamente a utilidade marginal (FONSECA; ZEIDAN, 2004).

Influenciador da corrente marginalista, juntamente com Jevons e Menger, Walras teve seus trabalhos reconhecidos por diversos pensadores da época, incluindo Joseph Schumpeter, quem considerou Walras “o maior de todos os economistas”, no que se refere unicamente à sua teoria pura (SCHUMPETER, 1954, p. 827).

Schumpeter (1954) reconhece o aspecto “puro” e revolucionário da teoria de Walras, tendo em vista que ele buscou um maior rigor científico, via modelos matemáticos, para aproximação da Ciência Econômica com as Ciências Exatas. Entretanto, o autor aponta que Walras também apresentou questionamentos sobre outros assuntos, como justiça social e administração monetária, mas que ficaram distantes da sua “teoria pura” e foram resultantes de muitas críticas.

De acordo com Walras (1983, p. 78), “o equilíbrio perfeito ou geral do mercado somente ocorre se o preço de duas mercadorias quaisquer, uma na outra, é igual a relação entre os preços de uma e da outra em uma terceira qualquer”. Ao considerar três mercadorias; I, II e III, o equilíbrio ocorrerá quando, na relação de troca, o valor de “I”, pago em mercadoria “II” será o mesmo que a relação entre o valor de “I” pago em “III” e o valor de “II” pago em “III”. Essa relação de equilíbrio está fundamentalmente ligada ao que Walras (1983) denomina de valor de troca, uma vez que este valor determina as relações de preços entre os bens trocados no mercado, e o alcance do equilíbrio representa a eficiência econômica proporcionada pela atuação dos agentes no mercado.

O valor de troca é determinado pela utilidade e limitação, em termos de quantidade, de um bem, e tais aspectos definem a raridade do bem. Quanto mais raro é o bem, maior será o seu valor de troca no mercado (Walras, 1983). A utilidade, que representa o quanto um bem pode servir para satisfazer uma

necessidade qualquer, passa a assumir o foco dos estudos em Economia e, em seguida, torna-se a única informação importante para avaliar o bem-estar individual e social.

Pouco importa levar em conta aqui a moralidade ou a imoralidade da necessidade à qual atende a coisa útil e que ela permite satisfazer. Que uma substância seja procurada por um médico para curar um enfermo, ou por um assassino para envenenar sua família, é uma questão muito importante sob outros pontos de vista, mas completamente desprezível sob o nosso. A substância é útil, para nós, nos dois casos, e talvez mais no segundo que no primeiro (WALRAS, 1983, p.19).

Segundo Napoleoni (1979), as teorias econômicas constituídas após 1900 focaram em dois caminhos distintos, um na continuidade e aprofundamento da teoria do equilíbrio e outro na constituição teórica embasada nas críticas a ela. Dentre as quais estão “a economia do bem-estar” e “a nova economia do bem-estar”, a primeira representada por Arthur Cecil Pigou e a segunda constituída sobre as bases da otimalidade de Vilfredo Pareto, um dos principais seguidores de Walras.

É possível caracterizar as duas teorias de Economia do bem-estar como a “antiga”, de Pigou, e a “nova”, de Pareto (SAMUELSON, 1983). A corrente de Pigou entende que o objetivo da Economia é maximizar o valor real da renda social com o estabelecimento de uma correlação direta entre bem-estar econômico e bem-estar social. Já, a “nova” Economia do bem-estar caracteriza-se pelo interesse nas questões de produção e troca, sem formular suposições sobre comparações interpessoais de utilidade e defende a isenção de questões éticas no estudo da Ciência Econômica (HICKS, 1939).

Destaca-se que, neste artigo, os termos “teoria tradicional do bem-estar” e “Economia do bem-estar” referem-se à corrente teórica que Samuelson (1983) caracteriza como a “nova” economia do bem-estar, representada por Pareto. Uma vez que a teoria do ótimo de Pareto consolida a utilidade como única dimensão importante para avaliar o bem-estar em uma economia, em detrimento de fatores ligados a vida real dos indivíduos; e o presente trabalho argumenta sobre a importância de considerar aspectos do cotidiano das pessoas na avaliação do bem-estar individual e social.

A Economia do bem-estar defende a ideia de que a Ciência Econômica está limitada a atuar até o ponto de formular explicações universais, que não sofram juízos de valor, e considera que não cabe ao economista prescrever princípios

políticos que dependam de escalas de valores sociais (HICKS, 1939). Para os teóricos do bem-estar, as prescrições políticas poderiam carregar diferentes valores em distintos contextos, e isso impediria a constituição de regras ou explicações universais.

Mas-Colell et al (1995) apresentam como um princípio sólido da Economia do bem-estar o fato de que uma formulação política não deve ser paternalista. Desta forma, alternativas que estão diretamente ligadas aos gostos dos agentes não devem ser consideradas na formulação de políticas; apenas o valor das utilidades, das diferentes alternativas disponíveis em uma Economia, deve ser considerado. Os aspectos relevantes para a formulação de políticas constituem um “conjunto de possibilidades de utilidades” (*utility possibility sets*), e este conjunto é que oferece, aos formuladores de políticas, as opções de ação para solucionar o problema-chave da Economia do bem-estar, que é maximizar o bem-estar social.

Apesar de ter como objetivo a maximização do bem-estar dos indivíduos, a teoria tradicional do bem-estar procura distanciar-se de questões valorativas, morais e éticas, com o objetivo de construir regras universais para a avaliação do bem-estar. Prevalece, na Economia em geral, o bem-estar avaliado sob a ótica “formal”, vinculado à satisfação das preferências dos indivíduos. Os economistas conseguem se esquivar de questões valorativas do que é “bom” ou “ruim” para as pessoas, e acreditam que a satisfação das preferências pode ser medida pelo nível de utilidade que os bens geram aos indivíduos. Nesta visão, a importância dos bens disponíveis na economia é a mesma para todos os indivíduos que a compõem (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006).

O objetivo da Economia do bem-estar é avaliar a aceitabilidade social, de estados econômicos alternativos ou, avaliar a “desejabilidade” social de distribuições alternativas de recursos. Um estado econômico representa “um arranjo particular das atividades econômicas e dos recursos da economia” e é caracterizado pela forma como os recursos são alocados e como são distribuídas as recompensas pela atividade econômica (HENDERSON; QUANDT, 1976, p. 245). O foco de atenção da Economia do bem-estar está na identificação de uma situação de bem-estar total de uma comunidade, que pode ser obtido a partir da soma das utilidades dos seus indivíduos (LANGE, 1942).

A teoria econômica do bem-estar tradicional considera que o nível de utilidade de um indivíduo ocorre em função dos bens à sua disposição, e a disponibilidade total de bens em uma comunidade está sujeita a uma função de transformação tecnológica. A solução para o problema de maximização do bem-estar total de uma comunidade está sujeita a esta função de transformação dos bens e da sua relação com a utilidade dos indivíduos e o total de bens disponíveis (LANGE, 1942). O alcance do máximo bem-estar social depende de um “conjunto de possibilidades de utilidades” em uma economia, que Mas-Colell et al. (1995) definem como um conjunto formado por vetores que representam os níveis de utilidades dos indivíduos.

Um vetor é considerado maior do que outro, e representa uma melhor situação em termos de bem-estar, quando pelo menos um de seus componentes é maior do que o componente correspondente em outro vetor, e nenhum é menor (LANGE, 1942; MAS-COLELL et al., 1995). Uma situação pode ser considerada melhor do que a outra, em termos de bem-estar total, quando a utilidade de pelo menos um indivíduo em uma situação “A” é maior do que a utilidade deste mesmo indivíduo em uma situação “B” e nenhum outro indivíduo teve sua utilidade reduzida na situação “B”, com relação à situação “A”. Desta forma, um vetor aumenta, ou uma situação melhora em termos de bem-estar, quando a utilidade de pelo menos um de seus componentes aumenta, e a de nenhum diminui.

Sob este ponto de vista, atinge-se um máximo de bem-estar quando não existem mudanças que possibilitem o aumento do vetor, ou a melhora da situação, na medida em que aumentar a utilidade de um componente do vetor implicaria na redução da utilidade de outro componente, chama-se de “componente” do vetor cada indivíduo que faz parte da comunidade avaliada.

A preocupação com o bem-estar dos indivíduos é, tradicionalmente, denotada pela avaliação das utilidades que as pessoas conseguem alcançar em uma economia tendo acesso a determinadas cestas de bens. A teoria tradicional do bem-estar, apesar de manter o foco no indivíduo, busca reunir as utilidades individuais para atingir uma medida de bem-estar total e para isso constrói uma função de bem-estar social.

Esta função, segundo Mas-Colell et al. (1995), denota os critérios adotados para realizar um planejamento por um gestor de políticas econômicas, ou

organismo, que possuem tais critérios definidos de forma explícita e consistente para desempenhar tal tarefa. A função de bem-estar social, em geral, agrega as utilidades individuais em uma utilidade social.

Mas-Colell et al. (1995) apresentam algumas propriedades desejáveis de uma função de bem-estar social:

a) Não paternalismo: indica que a utilidade dos indivíduos deve ser o único fator relevante para a expressão das preferências sociais.

b) Propriedade de Pareto: define que uma função de bem-estar social é crescente quando, na comparação entre duas situações, uma segunda situação proporciona a todos os indivíduos o aumento ou a manutenção do nível de utilidade individual e, ao mesmo tempo, provoca o aumento da utilidade de pelo menos um indivíduo com relação à primeira situação.

c) Simetria: define que, na avaliação do bem-estar social, todos os agentes estão no mesmo nível (são considerados iguais), ou seja, a importância dada ao nível de utilidade de cada indivíduo é a mesma para todos.

d) Concavidade: representa, na teoria do bem-estar, uma “aversão à desigualdade”.

Resolver o problema de maximização do bem-estar a partir de um somatório de utilidades individuais exige um balizamento dos pesos das utilidades para os diferentes indivíduos, através de comparações interpessoais de utilidade. Esta implicação foi alvo de críticas epistemológicas devido à inexistência de uma significância operacional. Ao evitar a necessidade de realizar comparações interpessoais, a Economia do bem-estar mensurou o bem-estar total de uma comunidade a partir de um vetor de utilidades, no qual as utilidades dos indivíduos são consideradas ordenadamente e não cardinalmente (Lange; 1942).

Tal fato significa que o que passa a valer é a ordem das preferências dos indivíduos, e não mais a soma das utilidades. Tentou-se tratar a utilidade econômica, o prazer ou, a “ofelimidade”, como algo mensurável, mas não se conseguiu demonstrar como tal medida seria representada em quantidade. A utilização de “índices de ofelimidade” facilita a exposição, mas não são necessários para construir a teoria do equilíbrio econômico. O mais importante, nesta visão, é avaliar empiricamente como ocorre a determinação de combinações de bens que são indiferentes para os indivíduos (PARETO, 1996).

Pareto dispensa a soma das utilidades dos diferentes indivíduos justamente pelo fato de que tal ato exigiria a realização de comparações interpessoais e a atribuição de pesos aos níveis de utilidades de cada indivíduo (SAMUELSON, 1983). Dentre as diversas tentativas de se encontrar uma forma de mensurar o bem-estar, ou definir uma situação social de bem-estar, o critério de Pareto apresenta-se como o mais adequado (HICKS, 1939).

3 EFICIÊNCIA ECONÔMICA NO SENTIDO DE PARETO

A teoria tradicional do bem-estar adotou inicialmente a soma total de utilidades, criada como critério de avaliação, e desconsiderou qualquer outro fator como possuidor de valor intrínseco. Porém, a partir da década de 1930, esse critério passou a ser questionado com relação à necessidade de realizar comparações interpessoais (SEN, 1999).

No momento em que a necessidade de comparações interpessoais passou a ser questionada no ambiente econômico, um critério de avaliação que sobrevive é o “ótimo de Pareto” que, ao tratar as utilidades individuais de forma ordinal, evitaria as comparações entre os indivíduos. Conforme esse critério, o êxito de uma situação é atingido se, e somente se, for impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de outra pessoa (SEN, 1999).

O ótimo de Pareto representaria o nível máximo de bem-estar que pode ser atingido pelos indivíduos de uma determinada sociedade. Simularia a eficiência de um arranjo social, que figura, no século XX, como a maior virtude instrumental dos modelos teóricos apresentados na Economia, ainda que não houvesse um consenso sobre o conceito de eficiência (AGAFANOW, 2007).

A eficiência econômica é então representada, na teoria tradicional do bem-estar, pelo “ótimo de Pareto”, ponto que representa, basicamente, o alcance de uma situação social eficiente, onde é impossível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a de outro (PARETO, 1996). O clássico “ótimo de Pareto” indica a existência de uma situação ótima para os agentes, se um indivíduo optar em sair deste ótimo para obter maiores ganhos, outra pessoa incorrerá em perdas. Na visão da teoria tradicional, não existe melhor situação do que este “ótimo”, em que o indivíduo maximiza sua utilidade, com suposto conhecimento de todas as alternativas existentes, sem prejudicar o outro.

O economista e sociólogo Vilfredo Pareto publicou a sua obra “Manual de Economia Política” em 1906, na qual reconhece a importância e os avanços marginalistas com a Teoria da Utilidade, mas apresenta inquietações principalmente relacionadas a uma medida de bem-estar e a possibilidade de comparar níveis de bem-estar entre as pessoas (PARETO, 1996).

De acordo com Pareto (1996), o problema econômico está relacionado à oposição entre “gostos” e “obstáculos”; cada indivíduo se esforça para satisfazer seus gostos tanto quanto seja possível em vista dos obstáculos que se apresentam, e tal satisfação representará o alcance de um estado de bem-estar para si, e é atingida no ponto em que não lhe seja conveniente nem ir além e nem ficar aquém da situação que alcançou via algum mecanismo de troca.

Para Sen (1999, p.50), o teorema fundamental da Economia do bem-estar “relaciona os resultados do equilíbrio de mercado em concorrência perfeita com a otimalidade de Pareto” e demonstra que, em determinadas condições, cada equilíbrio perfeitamente competitivo é um “ótimo de Pareto”. Dentre as condições exigidas está a ausência de fatores externos ao mercado que possam exercer influência sobre o nível de utilidade dos indivíduos. Assim, em determinadas condições, cada estado social Pareto-ótimo representa um equilíbrio competitivo perfeito em relação a algum conjunto de preços.

Pareto introduz uma análise para a concorrência perfeita que fortalece a sua posição frente ao que se afirmava até então. A concorrência perfeita possibilitaria o alcance de um máximo de utilidade coletiva, independente da distribuição de renda e da possibilidade de comparação entre os níveis de utilidades dos indivíduos, quando, até então, a concorrência perfeita era vista simplesmente como uma possível consequência da adequada distribuição de renda (SAMUELSON, 1983). A posição ótima defendida por Pareto “[...] foi definida pela exigência de que não deveria haver nenhuma variação ou movimento possíveis que melhorassem a situação de todos” (Samuelson, 1983, p.186).

O ótimo de Pareto representa a eficiência das alocações econômicas, e é caracterizado por uma situação na qual não existe forma de reorganizar a produção e a distribuição para aumentar a utilidade de um ou mais indivíduos, sem reduzir a de outros (HENDERSON; QUANDT, 1976). Para Agafanow (2007), a

argumentação de Pareto carrega “juízo distributivo” que se materializa pela briga entre consumidores (por bens e serviços) e produtores (por capital), via mercado.

A eficiência no sentido de Pareto consiste basicamente na ideia de que seria possível organizar a economia, de acordo com as regras sociais vigentes, de tal forma que fosse possível atingir o máximo grau de bem-estar dos indivíduos. Este nível ótimo de bem-estar seria representado por uma situação onde não existiria a possibilidade de melhoria alguma que aumentasse o nível de utilidade de um indivíduo sem piorar o nível de bem-estar de outro (Agafanow, 2007).

O critério de eficiência de Pareto baseia-se no espaço das utilidades, ou “ofelividade”, que significa a utilidade ligada ao sentimento de prazer gerado ao indivíduo pela satisfação de uma necessidade, pode ser sinônimo do termo “utilidade econômica”, diferente do sentido corrente da palavra utilidade. O diferencial no emprego da palavra “utilidade” ocorre também pela preocupação com a mensuração do bem-estar, surgindo, então, o seu conceito ordinal (Pareto, 1996).

Uma das ressalvas feitas por Pareto é relacionada a utilização do termo utilidade pelos teóricos marginalistas. Enquanto para estes a utilidade de um bem resulta do quão útil esse bem é para o indivíduo, para Pareto (1996, p. 131):

[...] A palavra *utilidade* é levada a significar, em Economia Política, outra coisa do que pode significar em linguagem corrente. É assim que a morfina não é útil, no sentido comum da palavra, pois ela é nociva ao morfinômano; ao contrário, é *útil* economicamente, pois satisfaz uma de suas necessidades, mesmo sendo esta má. Embora os antigos economistas já tivessem feito menção desse equívoco, esqueciam-no ainda por vezes. É também indispensável não empregar a mesma palavra para indicar coisas também diferentes. Propusemos, em nosso *Cours*, designar *utilidade* econômica pela palavra *ofelividade*, que outros autores adotaram depois.

Para Pareto (1996), são relevantes as definições de utilidade, valor de uso, ofelividade, mas a mensuração do bem-estar ultrapassa isso. “As noções de *valor de uso*, de *utilidade*, de *ofelividade*, de índices de ofelividade etc., facilitam muito a exposição da teoria do equilíbrio econômico, mas não são necessárias para construir essa teoria” (Pareto, 1996, p. 132). Assim, Pareto busca mensurar as escolhas dos agentes econômicos com a utilização do conceito ordinal de bem-estar. Pareto critica também as comparações de níveis de bem-estar entre as pessoas.

Suponhamos uma coletividade constituída por um lobo e um cordeiro; a felicidade do lobo consiste em comer o cordeiro, a do cordeiro em não ser comido. Como tornar feliz essa coletividade? O gênero humano se compõe de povos belicosos e de povos pacíficos: a felicidade dos primeiros consiste em conquistar os segundos; a felicidade destes, em não serem conquistados. É preciso recorrer a algum outro princípio e eliminar, por exemplo, a felicidade dos povos belicosos, julgá-la menos digna que a dos povos pacíficos, que será a única considerada. Nesse caso, o belo princípio que deveria permitir resolver os problemas morais é deixado de lado e não serve para nada (PARETO, 1996, p. 73).

A escola utilitarista, para seu fundador Jeremy Bentham, tinha o objetivo de orientar as ações humanas no sentido da busca pela máxima felicidade. Essa ideia de “espalhar” a felicidade exerceu, e exerce ainda hoje, influências sobre a discussão ética na formação do pensamento social, econômico e político. A filosofia utilitarista influenciou nas mais diversas áreas do conhecimento – Direito, Administração e Economia. Independentemente de suas derivações, o lema utilitarista é, em todas as suas vertentes, que: “o moralmente correto é o que proporciona o maior bem (a maior felicidade, o maior prazer) para o maior número possível de pessoas” e adota como referência a totalidade, a soma, de uma quantidade ideal (THIRY-CHERQUES, 2002, p. 306).

Pareto (1996, p. 74) questiona-se sobre a possibilidade de comparar a felicidade, o bem-estar, entre diferentes animais, humanos, países, e pergunta: “como se poderia comparar essas sensações agradáveis ou desagradáveis e somá-las?”. Para ele, apenas seria possível fazer comparações de bem-estar interpessoais se alterações nos níveis de bem-estar de um indivíduo não provocassem mudanças de utilidades de outros indivíduos. Isso resultou no chamado “ótimo de Pareto”.

A interpretação de eficiência baseada no critério de ótimo de Pareto evita as comparações interpessoais, não há interesse em comparar o grau de riqueza para indivíduos que se encontram em situações mais favoráveis e para aqueles em situações mais desfavoráveis. Não existe uma preocupação com relação ao fato de quais indivíduos da população ganham com uma mudança, se são pessoas merecedoras, ou se os que perdem são indignos. Todo esse equilíbrio de ganhos e perdas individuais é descartado quando a análise da eficiência é feita a partir do princípio de Pareto, por que a sua definição de eficiência desconsidera elementos interpessoais e distributivos (MUKHOPADHAYA, 2001).

Essa característica do ótimo paretiano permite a existência de um arranjo social constituído de pessoas que vivem na absoluta pobreza e outras em abundante riqueza. Se avaliado pelo critério de Pareto, será considerado eficiente desde que as pessoas na pior situação não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos mais favorecidos. Tal fato representa uma limitação da avaliação do êxito do critério de Pareto (SEN, 1999).

Para Samuelson (1983) a objeção mais importante ao critério de Pareto, que recai sobre a Economia do bem-estar, está no fato de que não fica claro que não existe um único ponto ótimo, mas sim uma infinidade de pontos ótimos que constituem a “curva de contrato”². Desta forma, não permite que se avalie qual dos pontos da curva de contrato é efetivamente mais ou menos eficiente.

O próximo item discute as críticas à teoria tradicional do bem-estar e ao critério adotado para avaliar a eficiência em termos de bem-estar. Tais críticas possibilitaram a introdução de teorias alternativas à teoria tradicional do bem-estar na Ciência Econômica.

4 CRÍTICAS À TEORIA TRADICIONAL DO BEM-ESTAR E AO CRITÉRIO DE PARETO

O excesso de suposições exigidas para uma formalização dos argumentos adotados pela teoria tradicional do bem-estar, a adoção de um indivíduo motivado, única e exclusivamente, pelo auto interesse, e o afastamento da análise ética dentro da Economia ofereceram razões importantes para uma diversidade de objeções.

Dentre as críticas que abordam o teor ético e moral desta teoria, Hausman e Mcpherson (2006) argumentam sobre as peculiaridades de algumas considerações que são típicas da teoria tradicional do bem-estar em detrimento de outras, a saber: foco em resultados econômicos; avaliação econômica realizada a partir de uma única dimensão; foco no indivíduo, sem considerar o ambiente em geral no qual está inserido; suposição de um mercado livre regulador e foco puramente no benefício econômico das ações. Tais características podem denotar uma avaliação superficial do bem-estar dos indivíduos em uma sociedade.

² Curva de contrato, também chamada por Pareto (1996) de “linha de trocas”, representa a linha de equilíbrio na qual estão todos os pontos que representam uma combinação ótima no sentido de Pareto.

Sen (1999) critica o afastamento das questões éticas que a Economia tradicional do bem-estar procurou manter, a adoção do auto interesse como único motivador das ações humanas e a impossibilidade de comparações interpessoais, por serem consideradas questões normativas ou éticas. Para Sen (1999), a ética apresenta uma gama de contribuições para a Economia do bem-estar, especialmente no sentido de entender o comportamento humano.

O agente econômico tradicional é reduzido aos axiomas racionais de auto interesse, maximização de utilidade e preferências dadas, o que tornaria esse indivíduo um “tolo racional”. Nem sempre o comportamento dos indivíduos é egoísta e maximizador, de modo que descrever um indivíduo racional como apenas baseado em pressupostos preestabelecidos, sem qualquer vinculação com a realidade, é reduzi-lo a um “idiota social” (SEN, 1977).

Ao considerar os agentes como indivíduos egoístas em busca da satisfação própria, a teoria tradicional do bem-estar desconsidera que na realidade as pessoas atuam por fatores além do puro bem-estar próprio, e podem apresentar características altruístas ou até mesmo maléficas. Outra objeção refere-se ao fato de que, ao contrário da suposição da teoria do bem-estar, as pessoas não possuem o conhecimento completo de todas as informações necessárias para tomar uma decisão e, por vezes, podem preferir coisas prejudiciais a si mesmas por falta de conhecimento ou por que acreditam que lhes será benéfico (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006).

Na Economia neoclássica, tradicionalmente difundida nos manuais de Microeconomia, o indivíduo é visto como racional; maximizador de utilidade; isolado; detentor de todo o conhecimento e sem limitações cognitivas e informacionais (LUZ; FRACALANZA, 2013). Hodgson (2013) argumenta que a economia *mainstream*, nos anos de 1980, apresentou evolução em termos do desenvolvimento da teoria dos jogos, economia comportamental e economia experimental. Tais desdobramentos, de certo modo, modificaram as características marcantes do pensamento neoclássico, quais sejam: i) comportamento racional e maximizador de utilidade por parte de agentes com funções de preferência dadas e estáveis e ii) o foco nos estados de equilíbrio. A característica menos trabalhada foi a ausência de problemas informacionais até mesmo depois da contribuição de Herbert Simon com a racionalidade limitada.

Esta evolução do *mainstream* não foi acompanhada na Economia de bem-estar e nos fundamentos de política econômica. A abordagem normativa neoclássica, padrão de bem-estar, ainda considera o indivíduo como maximizador de utilidade e o melhor juiz sobre essa maximização, e adota o critério de Pareto. O utilitarismo como herança de Jeremy Bentham e o cálculo entre prazer e dor, tem dominado as concepções de indivíduo e a abordagem normativa do bem-estar (HODGSON, 2013).

Enquanto que a Economia tradicional do bem-estar considera o indivíduo autônomo, com preferências dadas, sem qualquer interferência social, cognitiva ou ambiental, Hausman e Mcpherson (2006) afirmam que as preferências das pessoas sofrem influências e mudam ao longo do tempo e conforme as circunstâncias em que vivem. O conceito de utilidade, tanto total quanto marginal, fez surgir a ideia das preferências, de modo que “*the model can describe what space of choices are available and how the individual relates to such a space of choices*” (FONSECA; ZEIDAN, 2004, p. 4).

Dentre outros autores (Fonseca e Zeidam, 2004; Nelson e Consoli, 2010) que apresentam avanços no estudo das preferências dos indivíduos, Hirschman (1984) trouxe uma importante contribuição nesse sentido por meio da ideia de que os indivíduos conseguem “dar um passo atrás” dos seus desejos e preferências, para questionarem-se sobre a necessidade da escolha. Isso foi chamado de “metapreferências” (*metapreferences*) e está *ex ante* a indicação da preferência. Existem dois tipos de mudanças nas preferências: a) “reflexivas”: quando há o processo que antecede a preferência (visão alternativa); b) “irreflexivas”: quando as mudanças ocorrem sem qualquer antecedência da “metapreferência” (visão da economia tradicional) (HIRSCHMAN, 1984).

O fato de a Economia tradicional do bem-estar considerar as preferências como estáveis e ausentes de interferências tem relação com a defesa de seus pressupostos de equilíbrio e do valor estar relacionado com a utilidade. A corrente “*welfarista*” concebe o bem-estar como algo intrinsecamente importante e representado pela utilidade, que é considerada a única fonte de valor para os indivíduos. Existem duas críticas importantes a serem feitas ao pensamento defendido pela teoria econômica do bem-estar: que o “bem-estar não é a única coisa

valiosa” e que “a utilidade não representa adequadamente o bem-estar” (SEN, 1999, p. 63).

A teoria do bem-estar falha ao considerar a utilidade como única fonte de valor e adotá-la como representante do bem-estar dos indivíduos, este último como reflexo do êxito social, resulta do crédito dado pela teoria ao fato de que os indivíduos atuam puramente motivados pelo auto interesse. Porém, ao agir, as pessoas levam em consideração dois aspectos: o de agente e o de bem-estar. O primeiro diz respeito a fatores como valores, cultura, sentimento de comprometimento e objetivos particulares de cada indivíduo. O segundo está relacionado ao agir em busca do bem-estar individual, uma vez que as pessoas buscam também o seu bem-estar. Estes dois papéis são intrínsecos aos indivíduos e atuam juntos na motivação do comportamento humano e não de forma desconexa (SEN, 1999).

Ao adotar o auto interesse e a busca pelo máximo bem-estar, como os motores das ações dos indivíduos, a teoria econômica do bem-estar desconsidera a condição de agente das pessoas. A partir da condição de agente é que a pessoa orienta-se e é motivada por outros fatores, que não apenas o seu próprio bem-estar, mas também por elementos que considera importantes para si, em termos de contexto de vida (SEN, 1999).

Além disso, avaliar o bem-estar simplesmente a partir da satisfação dos desejos dos indivíduos pode distorcer o sentido da “satisfação”, uma vez que ao não permitir comparações interpessoais, tal avaliação não consegue captar como um arranjo social é visto por diferentes pessoas, que carregam consigo histórias baseadas nos seus contextos de vida, em experiências, valores e culturas que circundam o meio no qual vivem (SEN, 1999).

As preferências dos indivíduos nem sempre refletem seus reais desejos, as preferências individuais podem ser “moldadas” pela situação de vida das pessoas, como pela cultura ou até mesmo por coerção. Neste caso, a avaliação do bem-estar pela ótica da satisfação das preferências, não representa o real desejo de pessoas que vivem em diferentes formas de privação. Por isso, é indispensável avaliar os motivos pelos quais as pessoas elencam determinadas preferências e quais os valores e fatores que importam na motivação do seu comportamento (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006).

Pessoas habituadas a viver em condições de privação poderão estar adaptadas a tais situações, de tal forma que pequenas mudanças poderão provocar grande satisfação, ainda que permaneçam em situação de privação. Desta forma, o sentimento de satisfação é inadequado para avaliar o bem-estar de alguém, uma vez que serve apenas como um meio para chegar ao bem-estar. O bem-estar deve ser avaliado no âmbito da valoração, uma vez que é indispensável levar em conta aquilo que tem valor intrínseco para o indivíduo (SEN, 1999).

Com relação ao planejamento e avaliação de um arranjo social, Hausman e Mcpherson (2006) argumentam que o simples “querer” algo não faz sentido para que ocorra uma mobilização para realizar. Destacam a necessidade de existir um “exame de moralidade” para identificar qual a importância moral da satisfação dos desejos dos indivíduos, de tal forma que na definição de políticas sociais deve-se considerar a importância substantiva da satisfação das preferências individuais, na medida em que devem estar em consonância com objetivos substancialmente importantes.

O critério de eficiência de um arranjo social deve estar adequado ao espaço adotado pelos objetivos sociais, na avaliação de justiça social, uma vez que, se os objetivos sociais não são definidos no espaço das utilidades, a eficiência também deve ser avaliada em outro espaço. A avaliação da eficiência de uma economia dependerá do espaço adotado para a sua avaliação, que deve estar de acordo com os objetivos sociais em questão. Avaliar a eficiência a partir do ótimo de Pareto é apenas uma das formas, e a importância de fato está em definir primeiramente a partir de qual espaço de avaliação social será realizada a análise (MAKDISSI, 2006).

O critério utilitarista e a eficiência de Pareto foram atrativos à Economia do bem-estar tradicional por não exigirem nenhum aprofundamento ético aos economistas dessa corrente, que primaram inclusive pela adoção de versões mais simples do utilitarismo que representassem relações “mais diretas” e não exigissem maior rigor (SEN, 1999).

A Economia do bem-estar foi fundamentalmente influenciada pela corrente utilitarista liderada por Bentham. Tal corrente se caracteriza por crer que o prazer, gerado pelas ações individuais motivadas pelo auto interesse, era algo mensurável e sua medida seria representada pela utilidade. O utilitarismo “benthamista” é racional e direto, em termos de avaliação das ações individuais em uma sociedade, uma vez que baseia-se no argumento egoísta psicológico, a partir do qual cada indivíduo age

unicamente em função do que interessa a si próprio, independente do contexto no qual vive (THIRY-CHERQUES, 2002).

Após Bentham, o utilitarismo evoluiu, de forma a ultrapassar o cálculo do prazer ou felicidade, para um utilitarismo que passa a comparar a totalidade perceptível das situações presentes e futuras, e que acredita que é preferível uma sociedade na qual todos possam, por exemplo, alimentar-se e vestir-se adequadamente, do que uma sociedade na qual apenas alguns conseguem isso abundante e luxuosamente. O principal representante desta evolução do utilitarismo é John Stuart Mill, para quem o homem além de ser racional também é um ser sensível, em que prazer e felicidade são aspectos a serem avaliados separadamente, e que considera a qualidade do prazer e não o prazer pelo prazer (THIRTY-CHERQUES, 2002).

Na avaliação do êxito de uma sociedade deve ser considerado não apenas o fator bem-estar, mas também a posição de agente dos indivíduos, de tal forma que se ultrapasse a visão restrita do cálculo “*welfarista*” fundamentado na utilidade, que deixa de lado ou iguala a condição de agente ao aspecto de bem-estar. A teoria econômica do bem-estar foi empobrecida devido ao crescente afastamento entre ética e Economia e também à inadequação dos critérios avaliativos utilizados e, desta forma, teve sua relevância e alcance restringidos (SEN, 1999).

As restrições impostas à Economia tradicional do bem-estar, pela adoção de um “*welfarismo* consequencialista”, desconsidera informações relevantes na avaliação econômica ou na previsão do comportamento. Algumas considerações éticas podem ser mais proveitosas quando usadas em conjunto com outras abordagens e procedimentos utilizados pela própria Economia, por exemplo, o tratamento de questões como os direitos morais e a liberdade, aos quais a Economia do bem-estar aloca apenas a importância instrumental, e desconsidera que tais fatores têm valor em si mesmo (Sen, 1999).

Existem quatro categorias distintas de informações quando se trata de avaliar uma pessoa, são elas: “realização de bem-estar”, a “liberdade de bem-estar”, a “realização da condição de agente” e a “liberdade da condição de agente”. Porém, a Economia do bem-estar resume essas categorias a uma só, uma vez que considera apenas o valor instrumental da liberdade, foca apenas nas realizações e considera que a condição de agente de todos os indivíduos orienta-se exclusivamente para o

interesse próprio. Essa pluralidade pode ser ainda maior ao se tratar de bem-estar do ponto de vista da abordagem das capacitações, já que cada uma das citadas categorias poderá exigir a consideração de uma diversidade de “coisas” importantes que uma pessoa consegue ser ou fazer (SEN, 1999).

A avaliação do bem-estar dos indivíduos, de acordo com Hausman e Mcpherson (2006), pode seguir diferentes linhas de consideração, sendo possível que se adote uma ótica substantiva ou uma ótica formal para a avaliação do bem-estar. A visão formal, baseada na satisfação de preferências e na maximização de utilidades, é predominante na teoria tradicional do bem-estar. Porém, outras formas de conceber o bem-estar surgem em meio aos estudos em Economia, dentre elas a abordagem das capacitações, proposta por Amartya Sen, que marca uma ruptura com o espaço informacional adotado pela teoria tradicional do bem-estar e sai do espaço das utilidades para o espaço dos funcionamentos e capacitações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria econômica tradicional do bem-estar foi construída com heranças da teoria do equilíbrio geral, para a qual basta que exista “liberdade” de atuar no mercado para que o arranjo social seja organizado da melhor forma, a partir da ação de cada pessoa em busca da sua máxima satisfação individual. O interesse pela formalização da Ciência Econômica e a ideia de que cada indivíduo atua isoladamente, movido apenas pelo auto interesse, são heranças marcantes deixadas pela teoria do equilíbrio geral à teoria do bem-estar, e são também as principais responsáveis pela edificação de críticas que originam outras abordagens.

A Economia tradicional do bem-estar consolidou-se rapidamente, exerceu e exerce forte influência na discussão econômica sobre desenvolvimento e bem-estar, em especial pela sua capacidade de formalização para analisar e supor situações econômicas. Esta teoria fundamenta atualmente a maioria dos manuais estudados nos cursos de Economia, em termos de avaliação do bem-estar e do êxito social. O bem-estar individual é representado, na teoria tradicional, pelo alcance da utilidade máxima, por parte de cada indivíduo; e o êxito social é representado por um vetor de utilidades individuais que iguala todas as pessoas e desconsidera as desigualdades que podem estar presentes em um arranjo social “eficiente” no sentido de Pareto.

No decorrer da história da Ciência Econômica, a teoria tradicional do bem-estar passou a receber críticas oriundas das excessivas suposições que a sua formalização exigia, da crença na existência de um indivíduo isolado, que atua apenas com foco na maximização do seu bem-estar, do afastamento entre a ética e a Economia, priorizado por teorias fundamentadas na filosofia utilitarista.

Essas críticas possibilitaram a construção de uma nova filosofia, que mantém o foco nos indivíduos e ao mesmo tempo reconhece que esse indivíduo faz parte de um contexto maior, que exerce e sofre influências do meio, com o qual interage naturalmente. Com isso, avaliar o indivíduo e a sociedade e o bem-estar, passa a ser algo mais complexo, na medida em que exige considerar a vida que as pessoas realmente conseguem levar e inclui as diversas dimensões que compõem a vida em sociedade, a proposta da abordagem das capacitações de Amartya Sen.

É importante salientar que a construção realizada pela teoria tradicional do bem-estar é de indiscutível importância para a Ciência Econômica, e que a proposta da abordagem das capacitações de Sen pode representar uma maneira de ampliar a forma de compreender o indivíduo e a sociedade e de identificar que existe uma conexão importante entre eles. Para pensar em bem-estar e desenvolvimento humano é preciso considerar aspectos da realidade, que inclui, acima de tudo, a relação entre indivíduo e sociedade, os aspectos pessoais, individuais e sociais. Para compreender o bem-estar e o desenvolvimento humano é preciso resgatar o aspecto ontológico da Ciência Econômica.

REFERÊNCIAS

AGAFANOW, A. Los Límites de la eficiencia económica en una sociedad democrática. **Revista de Economía Institucional**, v. 9, n. 16, p. 88-119, 2007.

FONSECA, P. C. D. Evolução da Ciência Econômica. In: SOUZA, N. (Coord.). **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 41-66.

FONSECA, M. G. D.; ZEIDAN, R. M. Epistemological considerations on agent-based models in evolutionary consumer choice theory. **E:CO Issue**, v. 6, n. 3, p. 4-8, 2004.

HAUSMAN, D.; MCPHERSON, M. S. **Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

HENDERSON, J. M.; QUANDT, R. E. **Teoria Microeconômica**: uma abordagem matemática. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Sup. Editorial: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pioneira, 1976.

HICKS, J. R. The Foundations of Welfare Economics. **The Economic Journal**, v. 49, n. 196, p. 696-712, 1939.

HIRSCHMAN, A. O. Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating Some Categories of Economic Discourse. **The American Economic Review**, v. 74, n. 2, pp. 89-96, 1984.

HODGSON, G. M. **From Pleasure Machines do Moral Communities. An evolutionary economics without Homo Economicus**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

LANGE, O. The foundations of welfare economics. **Econometrica**, v. 10, n.3/4, pp. 215-228, 1942.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. 2013. A Gênese do Indivíduo e o Indivíduo da Gênese: Uma Abordagem Multidisciplinar Acerca do Papel da Ideologia Cristã nas Origens do Homem (Econômico). **Economia**, Brasília, v.14, n.1A, pp. 189-210, 2013.

MAKDISSI, P. On definition of economic efficiency. Centre interuniversitairesurle risque, les politiques économiques et l'emploi – CIRPÉE. **Cahier de recherché**: 06-44. pp.2-6, Nov., 2006.

MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M. D., GREEN, J. R. **Microeconomic Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MUKHOPADHAYA, P. Efficiency Criteria and Sen-type Social Welfare Function, NUS: National University of Singapore Department of Economics. **Working Paper**, n. 0114, 2001.

NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NELSON, R. R.; CONSOLI, D. An evolutionary theory of household consumption behavior. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 20, n. 5, p. 665–87, 2010.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1906].

PICOLI, R. A. **Sobre o governo em Jeremy Benyham: o risco das partes e o traçado todo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

SAMUELSON, P. **Fundamentos da Análise Econômica**. Tradução: Paulo de Almeida. 2. Ed. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1983.

SCHUMPETER, J. **History of Economic Analysis**. London: Routledge, 1954.

SEN, A. K. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy and Public Affairs**, v. 6, n. 4, p. 317-344, 1977.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SIMÕES, M. C. **John Stuart Mill & a liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SIMON, H. A. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965. (Cap. 4 e 5).

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1776].

STEINGRABER, R.; FERNANDEZ, R.G. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 34, p. 123-162, 2013.

THIRY-CHERQUES, H. R. A Economia moral da utilidade. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 293-317, 2002.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.